

Cultura do estupro e violência simbólica na Folha de S.Paulo¹

Nathália Cunha da SILVA²

Raija Camargo SILVA³

Tancy Costa MAVIGNIER⁴

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

Resumo

Este trabalho tem como tema a cobertura realizada pelo jornal Folha de S.Paulo sobre o caso do estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos, ocorrido em uma comunidade do Rio de Janeiro. O artigo traz como problema a análise de como as notícias veiculadas, na versão impressa do jornal, no caderno cotidiano, buscaram reunir elementos reflexivos sobre a motivação cultural para a violência física e simbólica contra as mulheres. Utilizamos como metodologia a análise interpretativa à luz dos conceitos de Bourdieu e Foucault dos textos informativos dos dias 27 a 31 de maio da versão impressa do jornal.

Palavras-chave: Mídia; Violência; Gênero; Jornalismo Impresso.

Introdução

O movimento feminista vive um período de renascimento em sua relevância política, econômica e social. Logo, procurar compreender e estudar esse momento é de extrema importância para a academia. Em 25 de maio, no Rio de Janeiro, um novo caso de estupro foi noticiado, mas o diferencial neste caso, além da crueldade do abuso de vários homens à uma adolescente de 16 anos, o momento do crime foi registrado e divulgado por um dos agressores nas redes sociais. A jovem aparece desacordada, machucada, enquanto homens ao seu redor tocam em suas partes íntimas e gracejam com a situação. A posterior midiaticização proposital do vídeo pelos violadores, choca por escancarar a violência física e simbólica, a que muitas mulheres são expostas cotidianamente. A divulgação do ato criminoso nas redes sociais é ainda de grande relevo por ter ditado que a investigação fosse aberta pela Delegacia de Crimes Informáticos, e não pela Delegacia de Proteção da Criança

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, Bolsista Capes, e-mail: nathaliacunhasilva@gmail.com.

³ Mestranda em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, Bolsista Capes, e-mail: raija.cs@gmail.com.

⁴ Doutoranda em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, Bolsista Capes, e-mail: tancy.mavignier@gmail.com.

e do Adolescente, o que denotam preocupações diferentes. Tanto que posteriormente o delegado Alexandre Thiers foi criticado pela sua condução no mínimo morosa e substituído por uma delegada da Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente, Cristiana Bento.

O 9º Anuário Brasileiro da Segurança Pública⁵, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgou em 2014 que o Brasil tinha um caso de estupro notificado a cada 11 minutos. Como se estima que apenas de 30% a 35% dos casos sejam denunciados, é possível que a relação seja de um estupro a cada minuto.

Diante da divulgação do estupro coletivo, diversos movimentos feministas pelo Brasil foram às ruas denunciar a chamada ‘cultura do estupro’, que percebe as mulheres como objetos a serviço de uma lógica androcêntrica que patrulha o uso de seus corpos e mentes. É interessante perceber como nos últimos anos a propagação dessa nova onda feminista está midiaticizada, e as discussões em torno da forma como a mídia ao mesmo tempo se alimenta e propaga o imaginário coletivo que objetifica as mulheres tem crescido. São desde capas de revista até matérias que pregam o tipo ideal de mulher.

Entretanto nem todas as coberturas da imprensa, sobretudo a jornalística, tida como mais equilibrada em seus argumentos, são tão diretas quanto esta. E em busca de interpretar como a imprensa lida com a violência física e psicológica de gênero, foi eleito o jornal Folha de S.Paulo por ter a maior circulação nacional, com 297.157 exemplares durante semana, e 327.234 aos domingos. A versão impressa foi privilegiada justamente por ser fixa e condensar a cobertura sem a possibilidade de atualização. Assim, a grande mídia, que representada neste texto pelo jornal Folha de São Paulo, tem como público leitores de alto padrão, trabalhadores do setor formal da economia, com renda individual na faixa de 15 salários mínimos e familiar que ultrapassa os 30 mínimos (R\$ 4.530). Eles ainda estão majoritariamente entre 30 e 49 anos, e 53% são mulheres⁶.

Dessa forma, este artigo visa compreender a partir da análise interpretativa como o jornal Folha de S.Paulo se posicionou na versão impressa da publicação ao buscar produzir em sua cobertura sobre o caso da adolescente carioca vítima de estupro coletivo discussão sobre a motivação cultural para a violência física e simbólica contra as mulheres. Pois a dominação não aparece somente no ato extremo de violência física, mas também da violência “moral” de filmar a cena do crime e de seu compartilhamento, e, conseqüentemente, dentro dos discursos e silenciamentos presentes no textos jornalísticos.

⁵ Pesquisa disponível em: < <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁶ Segundo dados da pesquisa veiculada no aniversário de 80 anos da Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Como suporte para a análise interpretativa do material serão utilizados os conceitos de violência simbólica e dominação masculina, de Pierre Bourdieu, microfísica do poder, segundo Foucault e ligação entre comunicação e imaginário com Mafessoli e Silverstone.

Como metodologia empregada para obter os resultados, nos baseamos em uma pesquisa exploratória de uma semana de textos produzidos pelo jornal entre os dias 27 de maio a 2 de junho. Dentro desse escopo optamos por selecionar os dias com maior número de matérias sobre o caso de estupro coletivo, que demonstrou ocupar majoritariamente a editoria de Cotidiano do jornal, em cuja análise nos focamos. E, assim, fechamos o escopo nos dias 27 a 31 de maio, com total de 10 matérias.

Violência sexual e legislação

Uma das primeiras legislações brasileiras a reconhecer e prever punições contra a violência doméstica foi a lei Maria da Penha, nº 11.340 criada em 2006, que visa punir todo tipo de violência contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Contudo muitas alterações na legislação brasileira ocorreram ao longo de mudanças históricas, culturais e políticas. Como no caso da importante mudança na legislação que trata dos ditos “crimes sexuais”, cuja redação preliminar datava de 1940, e recebeu modificação apenas em 2009.

Antigamente o estupro era caracterizado dentro dos “crimes contra os costumes”, e definido segundo o Art. 213 como: “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”. O fato do título pertencer aos “crimes contra os costumes” remetia a uma tutela sobre o ponto de vista moral da sexualidade, e reprimia as condutas consideradas graves perante a moral média da sociedade. Ou seja, cerceava a liberdade sexual da mulher, e o seu direito em dispor do seu próprio corpo, sem com isso ser forçada violentamente a realizar conjunção carnal. É interessante especificar que o entendimento legal sobre conjunção carnal estabelece a cópula vaginal, excluindo, dessa forma as demais condutas para a realização de atos atrelados à libido, inclusive contra homens (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 12).

Após o advento da Lei 12.015 2009, alguns juristas e advogados fazem análises sobre esta importante mudança relacionada aos crimes de estupro, de forma a garantir a liberdade sexual das mulheres. Se no passado não era entendido que o marido poderia estuprar sua mulher, atualmente qualquer ato que não seja concedido por qualquer parceiro, inclusive marido, pode ser denunciado como estupro. A nova redação do artigo Art. 213

estipula como estupro: “constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. O texto unificou as antigas redações dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor em um único tipo penal, incorporando-o ao título “crimes contra a dignidade sexual”. Assim, a atual lei busca se focar na proteção da liberdade sexual do ofendido, e não colocar em questão o seu recato social como antes.

No caso da jovem de 16 anos violentada, ela estava desacordada, dessa forma incapaz de consentir ou resistir ao ato sexual. Situação prevista no Art.224 do Código Penal, como uma situação de violência presumida, quando a vítima “não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 15). Após este caso de violência existe uma pressão para que aumente a pena para crimes de estupros coletivos. Soma-se a crueldade, buscar a validação de outros homens e coagir a vítima e sua família pelo registro do crime praticado.

Uma das principais mudanças com a lei 12.015 de 2009 é que qualquer crime de estupro se torna um crime público, não fica na esfera privada, sobretudo pela unificação dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor. Dessa forma, quanto mais notícias esclarecedoras entrarem em pauta, acompanhando os desdobramentos do caso, podem ajudar outras mulheres a reconhecer esse tipo de violência, e incentivar a denúncia ao perceber que o crime não passará impune.

Violência simbólica contra as mulheres

O caso de estupro coletivo de uma jovem de 16 anos, ocorridos no Rio de Janeiro, trouxe à tona a questão da “cultura do estupro”. Compreender o comportamento opressivo entre gêneros é o caminho para constatar que a violência física é apenas a ponta do iceberg de uma violência que é, a priori, simbólica. Refletir o papel das mídias é essencial para trazer à luz os mecanismos que contribuem para a consolidação de uma cultura de dominação e de violência silenciosa e discreta – por isso mais difícil de ser combatida, trata-se de dominação através da alienação.

Pierre Bourdieu (2014, p. 12) defende que dominação masculina, e o modo como ela é imposta e vivenciada, resulta de uma violência simbólica. Segundo a sua definição, a violência simbólica seria aquela “[...] violência suave, insensível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em

última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2014, p. 12). Explicado o conceito de dominação, que pode ser também cultural e racial, Bourdieu (2014) se aprofunda na questão de gênero, enxergando a naturalidade da estrutura social androcentrada como princípio da dominação masculina, ou seja, a relação de poder entre os gêneros é vista como neutra, “normal”, hegemônica. Essa ‘naturalização’ do princípio das sociedades androcentradas, pode ter, segundo o autor, origens simbolicamente justificadas pela diferença anatômica entre os órgãos sexuais.

Dentro desta lógica, Bourdieu (2014, p. 27-28) denuncia a visão que institui o sexo como natural, e o gênero como a sua interpretação cultural, uma vez que esta interpretação é utilizada para impor à lógica androcêntrica como neutra. Isto porque, se o sexo é compreendido apenas como a descrição da “[...] diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho” (BOURDIEU, 2014, p. 25, grifo do autor). Ainda de forma hierarquizada, a força da organização androcêntrica “vem do fato de acumular e condensar duas operações: *ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria, uma construção social naturalizada*” (BOURDIEU, 2014, p. 40, grifo do autor).

Com efeito, o gênero corresponde a um manual de regras, instituído socialmente, que estabelece os códigos de atos e características definidores de cada gênero. Além de colocar os gêneros em forte oposição, sendo que um se caracteriza pela negação do outro, impõe-se uma hierarquia em que tudo aquilo que é associado ao gênero masculino é valorado, enquanto ao feminino cabe o papel secundário, de manutenção do capital simbólico masculino. Entende-se aí, toda a estrutura que sustenta a sociedade patriarcal. Bourdieu (2014, p.27) destaca que os atos dos dominados, no caso as mulheres, estão de acordo com a relação de dominação que lhes é imposta “seus atos de *conhecimento*, são inevitavelmente atos de *reconhecimento* de submissão”.

Dentro da “cultura do estupro” existe a construção de um discurso que pretende justamente oprimir o corpo feminino e a imputar culpa na vítima. Nesse sentido, há um patrulhamento sobre as vestes utilizadas, o recato sexual, opção por frequentar espaços entendidos como perigosos para mulheres, entre outros como se justificassem, de alguma forma, a violência sofrida. Assim, preserva-se o comportamento masculino agressivo, que nunca é colocado em questão. Seus atos parecem sempre estar de acordo com a cultura que cobra constantemente aos homens a expressão máxima de sua virilidade. Como explica

Bourdieu (2014, p. 66), o corpo feminino é objeto de opressão e violência simbólica numa sociedade androcentrada, onde direitos civis e políticos foram conquistados, mas a representação e o entendimento do corpo feminino ainda são questões reflexivas.

Logo, o corpo feminino é feito para exposição dentro da estrutura silenciosa de violência simbólica onde o homem é naturalmente dominante. E encontra nas mídias um dos instrumentos que as ratifica e propaga, como expressão cultural inscrita historicamente na mesma estrutura androcêntrica.

Sendo o corpo um objeto socialmente construído, as informações as quais o sujeito está exposto em seu cotidiano, como as que analisaremos neste artigo, tem papel fundamental para a construção e legitimação do imaginário sobre o que este sujeito constrói sobre si e sobre o outro. Uma construção formada por uma visão masculina, que frequentemente coloca o corpo da mulher em lugar de objeto, consolidando-o como um bem no mercado de bens simbólicos por atribuir-lhe valor associando, o êxito e a afiliação social aos cuidados estéticos. Reduzindo-a assim a objeto de forma silenciosa e constante.

Foucault (2015) afirma que a ‘docilização de corpos’ era exercida pelo Estado por meio do que ele denomina de ‘biopoder’ na sociedade industrial, que antecede a sociedade de consumo. O estado exercia o poder da dominação sob os corpos dos trabalhadores a fim de aumentar a produção e não permitir que as pessoas questionassem ou resistissem ao sistema. Este ‘controle de corpos’, pode ser pensado como combustível de uma cultura que naturaliza o estupro, uma vez que os homens são socializados acreditando que os corpos das mulheres estão em estado constante de disponibilidade. O estupro é só um sintoma da violência, que começa nas ruas, com assédios que são chamados de ‘paquera’, com abordagens truculentas em casas noturnas e com todo o tipo de comportamento que não permite a autonomia da mulher sobre seu corpo.

Construção do imaginário social pelo jornalismo

A construção do imaginário social está diretamente ligada à cultura e à comunicação, uma vez que as mídias têm papel fundamental na construção do imaginário social do corpo. Segundo Maffesoli (2003) o imaginário é “cimento social”, conceito que abrange às questões da participação do imaginário na construção dos valores e da cultura de uma sociedade. O cimento social constrói crenças, sempre pelo viés do coletivo, e estrutura-se a partir da aceitação da identidade e da performatividade do outro, torna padrões e memórias comuns para um determinado grupo. Portanto, não existe imaginário individual,

para o autor, ele é sempre coletivo e estabelece vínculos sociais por meio de imagens, ligando o indivíduo ao grupo. Diferente do que pensa o senso-comum, o imaginário é real, comunica, torna comum e se modifica ao longo do tempo.

A comunicação funciona como instrumento para formação do cimento social e o corpo adquire protagonismo na criação e na consolidação do imaginário, tendo a mídia papel fundamental na propagação desta imagem. Segundo Maffesoli, (2003, p.14), “a palavra comunicação serve também para encarnar o retorno dessa velha ideia que é o imaginário, ou seja, o fato de que se vibra com outros, em torno de alguma coisa, seja qual for essa coisa”. Este imaginário que liga e estabelece vínculos, tem como suporte principal as tecnologias e as mídias, que são verdadeiras plataformas de imagens, e a socialização e a formação de identidade pessoal e coletiva de um indivíduo é construída a partir destas imagens.

As mídias, segundo Silverstone (2002) fazem parte do cotidiano das pessoas, regulando hábitos e legitimando tendências e comportamentos. De acordo com o autor, as interações midiáticas são um aspecto essencial na formação e na experiência do sujeito contemporâneo com seu meio social, consigo mesmo e com o Outro. Se o imaginário é cimento social, como afirma Maffesoli (2003), as mídias são espaços essenciais para a disseminação destas imagens que constroem este imaginário que socializa e integra; ou, exclui.

É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência... (SILVERSTONE, 2002 p. 12).

Entender as mídias para além das plataformas que propagam informações é compreender seu papel nas dinâmicas sociais e culturais. Mais do que informar, as mídias socializam o indivíduo e propaga padrões que viram senso-comum. É imprescindível atentarmos ao fato de que produtos midiáticos são também produtos de uma indústria e, por consequência está impregnado de ideologias, sejam elas de mercado ou políticas.

É no mundo mundano que a mídia opera de maneira mais significativa. Ela filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e manutenção do senso comum (SILVERSTONE, 2002, p. 20).

Partindo do pensamento de Silverstone (2002), que afirma a mídia como um meio dependente do senso comum, e ao mesmo tempo, reprodutora, manipuladora e exploratória

do mesmo, podemos formular a hipótese de que a identidade feminina passa por severas induções quando expostas, ao longo de sua formação e socialização, a tantas imagens associadas a textos imperativos que legitimam e impõem de forma sutil o que é esteticamente desejável e o tipo de comportamento que um indivíduo de gênero feminino deve adotar para sua afiliação social. Através da mídia o mundo é “apresentado e representado: repetida e interminavelmente”.

Da legalidade ao imaginário do feminino em transição

Para analisar a midiaticização da questão da violência de gênero acompanhamos a cobertura do jornal Folha de São Paulo, versão impressa, por uma semana, do dia 26 de maio a 02 de junho de 2016. Entre esses dias foi selecionado o recorte dos cinco dias em que houve maior incidência de matérias sobre o caso de estupro coletivo. Dentro dessa cobertura destacou-se a editoria de Cotidiano como a que mais dedicou espaço para a temática, tendo por esse motivo suas matérias selecionadas dentro dos cinco principais dias e também para compreender como o assunto da violência parece no âmbito mais geral. Para selecionar os textos, identificamos os textos do gênero informativo explicado por (Costa, 2010) nota, notícia, reportagem e entrevista. Foram localizados um texto informativo no dia 27/5, três matérias no dia 28/5, três no dia 29/5, dois no dia 30/05 e um texto no dia 31/5, totalizando ao todo 10 matérias analisadas.

Sobre este escopo foi realizada uma análise interpretativa das matérias à luz dos conceitos de violência simbólica e dominação masculina, de Pierre Bourdieu, microfísica do poder, segundo Foucault e ligação entre comunicação e imaginário com Maffessoli.

Na reportagem do dia 27 de maio, “A polícia do Rio pede prisão de 4 suspeitos após estupro coletivo”, é percebida uma preocupação em não falar em criminosos, mas usar ao termo suspeito compreende-se a preocupação com a questão da legalidade, do poder jurídico. Isso ocorre, até porque os envolvidos ainda estavam sendo investigados. O texto inicia com o fato que a polícia civil pediu a prisão de envolvidos no caso de estupro, além de explicar a mudança da Lei de Estupro, explicada acima. O repórter afirma que a jovem no depoimento disse que foi para comunidade encontrar um rapaz com quem estava “ficando” e que foi para casa dele, depois só se lembra de acordar nua, rodeada por vários homens armados. No texto é afirmado que dois rapazes foram identificados. Ainda aparecem as falas dos estupradores extremamente violentos, se referindo que “a marreta passou”. Esse termo tem relação com as formas na linguagem que denotam a virilidade,

brutalidade do homem, muito relacionado a explicação que Bourdieu (2014, p. 8) que existe uma significação do símbolo do masculino que sempre relacionado ao alto, a ereção.

A jovem, segundo o relato ainda teria voltado no morro para conversar com chefe do tráfico e buscar seu celular que havia sido roubado. De acordo com a reportagem, a jovem afirmou ser usuária de ecstasy e lança perfume. Essa informação pode ser usada para culpabilizar a vítima. No final da matéria, o repórter trata do encaminhamento feito para a jovem para evitar doenças sexualmente transmitidas. E ainda do sentimento da mãe de ver as cenas.

Na edição do dia 28 de maio, a reportagem “Polícia faz operação, mas ‘detalhe’ trava prisão de suspeitos de estupro” aponta um ‘detalhe’ seria a peça principal para o pedido de prisão dos suspeitos de estupro, que o delegado admite já ter identificado. Outro termo que foi evidenciado com o uso de aspas são ‘indícios veementes’, até porque o vídeo deixa claro que houve o crime segundo a nova legislação sobre estupro.

A reportagem utiliza fontes oficiais, tanto da polícia, que fez uma busca para encontrar possíveis suspeitos, como de outras autoridades relacionadas à segurança, sempre homens, o que reforça a questão da dominação masculina e do falocentrismo, inclusive na condução do caso. As fontes consultadas foram o comandante do batalhão da PM, o secretário de segurança José Mariano Beltrame. O uso da palavra suspeito mostra o quanto o discurso da legalidade permeia o jornalismo, apropriação para se legitimar. Além de falar da ação é evidenciado o fato de na busca na favela “não houve confronto e ninguém havia sido preso até o início da noite desta sexta”. Uma clara quebra na expectativa de violência associada ao morro, devendo ser destacada. Dessa forma, com sutileza ao escolher para chamada a palavra ‘detalhe’ a redação demonstra um tom irônico, em um posicionamento ainda que velado que evidencia o posicionamento contraditório da investigação que reconhece a identificação dos suspeitos, a participação de cada um no crime, mas ainda não reconhece claramente o estupro.

O delegado não pediu prisões, mas identificou os agressores. Ao reportar que o jovem jogador, suposto namorado da vítima, saiu da polícia acenando e sorrindo, demonstra impunidade e a naturalização da violência simbólica que Bourdieu (2014, p.15) trata.

Ao tomar “simbólico” em um dos seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar homens por essa forma de violência.

No final da matéria é trazida a versão da vítima, referendada de outro jornal, sobre as agressões verbais, como “safada e piranha”, utilizadas por seus agressores e que funcionam como forma de culpabilizar a vítima, como o corpo dela não lhe pertencesse fosse somente um objeto. Outro aspecto da violência simbólica é a naturalização da dinâmica violenta especialmente pela própria vítima, tanto que, no caso, a adolescente só foi atrás de denunciar seus agressores após o vazamento do vídeo. Entende-se aí, toda a estrutura que sustenta a sociedade patriarcal. As mulheres acabam por pensar e entender o mundo e a si mesmas, exatamente tal como está estruturado.

Ela ainda afirma que queria que entendessem que não era dela a culpa, pois ainda existe um linchamento moral. A adolescente ainda afirma que não doeu no útero, mas na alma, o que mostra que as dores de um estupro são muito profundas e causam cicatrizes físicas e psicológicas. A unidade informativa demonstra ser positiva, por ser crítica com relação a fala oficial, apesar da vítima ser ouvida ao final.

Também foi publicada uma nota no dia 28 de maio, “Atrasado, Temer condena crime e cria setor da PF”. No texto Temer repudia o crime ocorrido, cita que o crime é bárbaro, que precisa ser punido. O texto também conta com a opinião do ministro da justiça Alexandre de Moraes, como também a criação de um departamento na Polícia Federal para investigar crimes contra a mulher.

Na nota emitida também no dia 29 de maio, intitulada “Vítima é cada uma e toda nós”, diz ministra do STF, Carmem Lúcia afirma que a vítima são todas as mulheres, no sentido de união de se solidarizar com a vítima. Ela ainda diz que o gravíssimo delito contra a menor, depois refere-se a mulher, nessa condição representa as diversas violências que acontecem em nossa sociedade. Ela ainda afirma que não cabe perguntar quem é a vítima, “a vítima é cada uma de nós. Nosso corpo, como flagelo e nossa alma, como lixo. É o que pensam e praticam os criminosos que haverão de ser devida e rapidamente responsabilizados”. O texto é colocado literalmente o que demonstra um cuidado dos jornalistas na questão da legalidade, mas ao mesmo tempo o texto parece ser divulgação de assessoria de comunicação.

Na entrevista, realizada pelo jornalista Jairo Marques, no dia 29 de maio, realizada com a médica Nadine Gasman ela afirma que há no Brasil uma cultura do estupro. O texto já começa com o currículo da representante brasileira do Brasil na ONU. Nadine Gasman questiona a estrutura da Polícia Federal para investigar crimes de estupro. A fala de Temer também é colocada em que afirma que já existem mecanismos que funcionam no Brasil,

mas que faltam novos serviços. Nadine ainda indaga a menção do presidente Temer de que existem investigação e proteção. “Precisamos de ações na cultura, na educação, na escola e na família. Ainda a mentalidade de que o homem é mais importante, tem mais direitos”. Ela ainda fala sobre a importância da conscientização estão fazendo o chamado voltado ao homem e da importância do engajamento de homens. “Temos de falar contra todos os tipos de violência contra a mulher, desde o assédio na rua, no trabalho, em casa e até na política”. Nadine é bem equilibrada ao falar da importância de que a questão do feminismo quebre barreiras e transforme o senso comum que reproduz o status quo.

Na reportagem do dia 29 de maio, “Tráfico, tiro e funk marcam cenário de estupro”, escrita pelo jornalista Sérgio Rangel, o título já tenta explicar que o cenário do estupro na comunidade teria relação com o tráfico. Ao relacionar o estupro ao funk e tráfico novamente existe uma forma de naturalização da violência simbólica, além da consolidação de um imaginário da relação da violência sexual estivesse relacionada com o lugar, como esse crime não acontecesse em outros locais e outras classes. O que pode ser interpretado como uma forma de delimitar os espaços sociais a que mulheres devem ou não frequentar para serem respeitadas.

Partindo do pensamento de Silverstone (2002) que afirma a mídia sendo um meio dependente do senso comum, e ao mesmo tempo, reprodutora, manipuladora e exploratória do mesmo, podemos formular a hipótese de que a identidade feminina passa por severas induções quando expostas ao longo de sua formação e socialização a tantas imagens associadas a textos imperativos que legitimam e impõem de forma sutil o que é esteticamente desejável e o tipo de comportamento que um indivíduo de gênero feminino deve adotar para sua afiliação social. Através da mídia o mundo é “apresentado e representado: repetida e interminavelmente”.

Por outro lado demonstra que várias jovens são submetidas a essa cultura da violência de gênero, moral e social, mas só uma foi percebida após a midiaticização do vídeo. Na linha fina é evidenciado que na localidade é um bang-bang demonstrando que falta a polícia, que deveria assegurar a segurança da população.

A única fonte entrevistada é um vizinho, que reclama da violência e dos tiros de fuzil. No texto o repórter afirma que a jovem estaria saindo de um baile funk com o menino que estava “ficando”. Ao usar aspas o repórter não identifica quem era o rapaz e usa um termo muito utilizado pelos jovens. Em outras matérias o acusado afirma ser o namorado da moça. No texto, todo tempo são usados os verbos declaratórios, “diz” a garota que foi para

casa do rapaz e acordou nua, com vários caras e um fuzil. O entrevistado ainda fala que tem meninas se prostituindo por droga. O texto ainda reforça que apesar dos indícios veementes, os acusados não foram presos. A defesa da vítima chamou de machistas. No final o repórter cita que as festas de funk seriam lugares para os traficantes repassarem drogas. Ainda cita a dificuldade de pegar os criminosos pela localização e termina falando que a comunidade agora passa pelo problema do tráfico, após a milícia comandar os morros. A unidade informativa é negativa por não focar na violência de gênero e questiona a questão moral da vítima.

No dia 30 de maio, a notícia “Delegada no comando faz afastar crítica no Rio” demonstra que a busca por escolher uma delegada mulher foi uma pressão popular pela demora na prisão dos suspeitos. A linha fina já demonstra que a investigação foi contestada por advogada e promotoria. A notícia já inicia explicando o porquê a polícia trocou o delegado Alessandro Thiers pela delegada Cristiana Bento, um dos motivos seriam acusações de que ele seria “machista” na forma de conduzir o caso, principalmente pela advogada da vítima. Em caráter oficial, a polícia enviou uma nota em que afirma que a ação teria sido desempenhada pelo fato de evidenciar um “caráter protetivo à vítima na condução da investigação”. O delegado havia sido criticado ao ter perguntado, segundo a advogada da menina, no interrogatório se “ela tinha por hábito fazer sexo em grupo”, o que gerou uma confusão por compreender que ele estava falando da questão moral da vítima. O presidente Michel Temer também foi alvo de críticas pela demora de se manifestar após o crime. No caso será a criação de um departamento na Polícia Federal para crimes contra mulheres. O texto ainda fala das manifestações que aconteceram em Brasília.

No dia 30 ainda foi publicada uma reportagem “Laudo de estupro, contraria ‘senso comum’, diz polícia. A manchete mostra como a reverberação do caso na mídia mostra que a opinião pública tende a contestar se houve ou não crime. O texto começa tratando da mudança da delegada na condução do crime de estupro e afirma que voltaram a ter dúvidas sobre o crime. Voltando à questão da reformulação legislativa, o crime, em si, já estava documentado pelo vídeo em que os agressores violavam o corpo da vítima. É espantoso que um jornal deste porte não tenha dado ênfase à questão legislativa e tenha dado espaço para reverberar a questão da dúvida se houve ou não estupro, uma vez que a violação – registrada em vídeo, já configura o crime de estupro.

Segundo o chefe da polícia civil, “não há vestígios de sangue nenhum que se possa perceber pelas imagens”, o que abre uma polêmica de que se não sangue não haveria

violência. O chefe ainda declarou que a análise aprofundada que vão contrariar o senso comum, que de acordo com ele não teria assistido o vídeo e ainda cita a entrevista da jovem ao fantástico em que conta os detalhes do crime e por se sentir como culpada. A jovem afirma que tentaram incriminá-la como tivesse culpa de ser estuprada. O advogado ainda teria sido afastado pelo ministério público.

A capa do dia 31 trata da prisão dos agressores da jovem, “Estupro está provado”, diz delegada sobre o crime no Rio”. A matéria destaca que em menos de 24 horas da mudança da delegada que acompanha o caso, os suspeitos foram presos, o que demonstra a importância da opinião pública e a força da mídia como instrumento para modificar o imaginário sobre mulheres em cargos oficiais. A delegada afirma que houve estupro, mas que falta investigar a extensão do crime. A titular da delegacia afirmou que o processo está em segredo de justiça.

O texto informa que os primeiros detidos foram o jogador Lucas Santos, “ficante” da garota e outro que filmou e abusou da garota. A delegada informou que são prisões temporárias para averiguar o caso. O exame médico legal não encontrou material biológico e evidências para incriminar os suspeitos. A perícia técnica ainda afirmou que a perícia foi prejudicada pelo tempo. A vítima ainda foi incluída ao programa federal de proteção à testemunha.

O repórter afirma que a mudança na condução do caso tem facilitado até as buscas na comunidade. Depois da operação policial moradores disseram que não houve estupro. O governador em exercício ainda afirmou que o crime de estupro deveria ser punido com pena de morte. Na matéria fica claro a posição favorável à mudança da condução do caso que também a midiática colaborou para o movimento político cobrar mudanças nos rumos da investigação.

Percebe-se que a questão do feminismo ainda que seja uma necessidade para a luta política também se torna um questão de mercado, como explica Foucault (2014, p. 11).

Em nossas sociedades, a economia política da verdade tem cinco características historicamente importantes: a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica, quanto para o poder político; é objeto de várias formas, de uma imensa difusão, e de imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação), cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”).

Exatamente o que estamos vivendo com a questão feminista, ela é uma questão política de extrema importância, porém ela se torna uma questão de mercado, os jornais tratam delas como coadjuvantes, como vítimas, um exemplo contrário é a fala de uma ministra de que apesar de ainda não ocuparem as chefias de corporações como a polícia, em questão de segurança, aparecem como vítimas, porém também como importantes representantes de cargos de poder como no caso da delegada, da ministra do STF, Carmem Lúcia e da médica representante das Mulheres Brasileiras na ONU.

Considerações finais

No geral percebe-se com essa análise a tendência teórica de mostrar que a questão do estupro da vítima foi apresentada como um problema social, relacionado a uma cultura da dominação masculina. Em um momento de efervescência da causa feminista, somado ao problema de violência e de outros fatores sociais. Também foi percebido olhares diferentes para questão, ainda que exista a linha editorial da folha, o cuidado com a questão legal, os jornalistas também são seres sociais e de alguma forma com a escolha de fontes, forma de construção do texto, tudo isso vai construindo um discurso polifônico.

Desta forma, analisar a abordagem midiática dada ao estupro e a violência contra a mulher é entender como o jornalismo contribui, ou não, para a perpetuação da naturalização da violência de gênero e na construção da identidade da mulher. Lembrando que uma das principais características da violência simbólica é a aceitação da vítima na dinâmica violenta, por acreditar que aquilo seja ‘normal’, justamente pela socialização permeada pelo poder masculino, o que acontece com os jovens quando eles acenam após o interrogatório.

Ainda que os textos informativos busquem a imparcialidade, sabemos que os jornais buscam também cumprir o contrato social com seu público que é majoritariamente feminino. Dessa forma, existe uma busca em dar voz para mulheres nos textos, apesar das fontes oficiais ligadas a questão da segurança ainda é em grande parte homens, entretanto a delegada ganhou um destaque. A jovem aparece algumas vezes como vítima, assim como aparecem elementos como a possibilidade do uso de drogas e da tentativa de explicar de forma estigmatizada o que seria a vida nas comunidades, relacionada ao tráfico, ao funk e a violência, além de mostrar o medo da população local com a polícia. Deste modo, ainda que exista um esforço para modificar o imaginário da dominação masculina, ao utilizar outras fontes e mostrar outros aspectos da cobertura do crime, pouco se deu voz a vítima, além da dificuldade de provar o crime. E no caso do crime ter sido midiaticado e ter ganhado

destaque tanto pela crueldade, foi impulsionado por um período em que a agenda política do movimento feminista está lutando contra todo tipo de violência física, moral, psicológica, o que auxiliou para que o crime não tenha passado impunemente e pautou a imprensa, assim como o senso comum.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2. ed., 2014.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde**. Brasília: Ipea, mar, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>. Acessado em: 15 jul. 2016.

COSTA, Lailton. **Gêneros Jornalísticos**. In: MELO, J.M; ASSIS, Francisco. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo, SP: Editora Metodista, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, edições Graal, 2014.

OLIVEIRA, Gleick Meira; RODRIGUES, Thaís Maia. A nova lei de combate aos crimes contra a liberdade sexual: Uma análise acerca das modificações trazidas ao crime de estupro. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 88, maio 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9553>. Acesso em 20 jun. 2016.

MAFFESOLI, Michel. **A comunicação sem fim** (teoria pós-moderna da comunicação). Famecos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.20, p. 13-20, 2003.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.